

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E COMUNIDADES TRADICIONAIS: UM OLHAR ACERCA DA COMUNIDADE CAIÇARA NA VILA DE SÃO GONÇALO, NO MOSAICO DA BOCAINA EM PARATY – RJ

CONSERVATION UNITS AND TRADITIONAL COMMUNITIES: A LOOK AT THE CAIÇARA COMMUNITY IN SÃO GONÇALO VILLAGE, AT BOCAINA MOSAIC IN PARATY – RJ

Kamille Bittencourt Ferreira
Maiara Grazielle Rubim Lobato

Resumo

A pesquisa foi fruto de um trabalho de campo realizado no curso de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, surgiu com o intuito de conhecermos os dois pontos de vista acerca das unidades de conservação e das comunidades tradicionais que vivem nesses territórios. No Mosaico da Bocaina vivem quilombolas, indígenas e caiçaras, na presente pesquisa elencamos nos debruçar acerca da comunidade caiçara, uma vez que nossa vivência se deu no bairro de São Gonçalo- Paraty que está localizada na zona de amortecimento do Parque Nacional da Serra da Bocaina em Paraty-RJ. O intuito da pesquisa era evidenciar a relação harmônica entre a comunidade caiçara, os saberes ambientais e tradicionais presente dentro de uma unidade de conservação e como as suas práticas contribuem para preservação e manutenção ambiental do parque.

Palavras-chave: Caiçaras. Comunidades tradicionais. Unidades de conservação

Abstract

The research was the result of a fieldwork conducted in the course of Geography of the Rural Federal University of Rio de Janeiro, arose in order to know the two points of view about conservation units and traditional communities living in these territories. In the Mosaic of Bocaina live quilombolas, indigenous and caiçaras, in the present research we list about the caiçara community, since our experience occurred in the neighborhood of São Gonçalo-Paraty which is located in the buffer zone of the Serra da Bocaina National Park. in Paraty-RJ. The purpose of the research was to highlight the harmonious relationship between the caiçara community, the environmental and traditional knowledge present within a conservation unit and how their practices contribute to the preservation and environmental maintenance of the park.

Keywords: Caiçaras. Traditional Communities Conservation units

UNIDADES DE CONSERVACIÓN Y COMUNIDADES TRADICIONALES: UNA MIRADA A LA COMUNIDAD DE CAIÇARA EN LA ALDEA DE SÃO GONÇALO, EN EL MOSAICO DE BOCAINA EN PARATY - RJ

Resumen:

La investigación fue el resultado de un trabajo de campo realizado en el curso de Geografía de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro, surgió para conocer los dos puntos de vista sobre las unidades de conservación y las comunidades tradicionales que viven en estos territorios. En el mosaico de Bocaina viven quilombolas, indígenas y caiçaras, en la presente investigación que enumeramos sobre la comunidad de caiçara, ya que nuestra experiencia ocurrió en el barrio de São Gonçalo-Paraty, que se encuentra en la zona de amortiguamiento del Parque Nacional Serra da Bocaina. en Paraty-RJ. El propósito de la investigación fue resaltar la relación armoniosa entre la comunidad de caiçara, el conocimiento ambiental y tradicional presente dentro de una unidad de conservación y cómo sus prácticas contribuyen a la preservación y el mantenimiento ambiental del parque.

Palabras clave: Caiçaras. Comunidades tradicionales, Unidades de conservación.

Introdução

A presente pesquisa surgiu a partir de uma vivência realizada na disciplina trabalho de campo do curso de geografia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Nova Iguaçu. Essa vivência nos permitiu olhar os dois lados da história tendo em vista, que ficamos na comunidade caiçara no bairro de São Gonçalo, Paraty-RJ. A vivência em São Gonçalo nos proporcionou um olhar mais atento e sensível a luta das comunidades tradicionais tendo em vista que ficamos na comunidade caiçara, mas passamos um dia na aldeia indígena guarani-Mbya, um dia no quilombo do Bracuí, no quilombo do Campinho observamos que os saberes locais são diferentes, pois não generalizam suas práticas como a racionalidade hegemônica faz, os saberes locais enxergam as particularidades de local e por isso durante essa vivência conseguimos enxergar que as especificidades respeitadas pelas comunidades preservam a natureza e constroem outra racionalidade.

Comunidades tradicionais estão inseridas no Parque Nacional da Serra da Bocaina, fazendo parte do Mosaico da Bocaina, que é uma unidade de conservação. O Mosaico da Bocaina está inserido num território que há interesses econômicos intrínsecos nas relações entre o Estado e o grande capital, devido sua localização, sua história, a grande biodiversidade e riquezas naturais existentes na unidade de conservação em questão.

Por meio das experiências durante a vivência na comunidade caiçara, foi possível observar a relação que os sujeitos estabelecem com o meio e desta maneira, a presente artigo tem o objetivo de evidenciar a relação harmônica entre as unidades de conservação e as comunidades tradicionais, em especial a comunidade caiçara em São Gonçalo, Paraty – RJ, relatando as experiências ao longo do trabalho de campo realizado.

Ficou evidente que a forma como essas comunidades vivem em comunhão com o meio ambiente é fundamental para a manutenção daquele meio, visto que eles respeitam os ciclos de plantio e colheita, preservam as fontes de água doce, as cachoeiras, os rios e as praias inseridas dentro do seu território. Utilizando-se de saberes ambientais preservam o meio que vivem, pois para eles a preservação é fundamental para a sua

permanência e vida naquele território.

O saber ambiental emerge do espaço da exclusão gerado no desenvolvimento das ciências, centradas em seus objetos de conhecimento, e que produz o desconhecimento de processos complexos que escapam à explicação dessas disciplinas. Exemplo disto é o campo de externalidades no qual a economia situa os processos naturais e culturais, e inclusive a inequitativa distribuição de renda e a desigualdade social gerada pela lógica de mercado e pela maximização de benefícios a curto prazo (LEFF, 2001 p.145-146).

Essa relação com o território e saberes é completamente diferente da relação que o grande capital estabelece com esse espaço, o grande capital visa a exploração dos recursos em busca de lucro sem se preocupar com o espaço explorado. Ainda precisamos pensar que o conhecimento local é particular de uma determinada comunidade, entretanto esse conhecimento não exclui outros, ou retira legitimidade de outros saberes e conhecimentos. Mesmo com os saberes locais inseridos no mundo globalizado, os mesmos ainda resistem a lógica globalizadora por meio da oralidade e práticas diárias, no caso da comunidade caiçara no bairro de São Gonçalo em Paraty, as práticas e saberes também são passados na escola que municipal da comunidade pelo Israel, que tem o Sítio Sertão da Burra, mas essa participação na escola só foi e é possível, porque a escola enxerga que a cultura caiçara é presente na comunidade e na vida dos estudantes.

O desaparecimento do saber local por meio de sua interação com o saber ocidental dominante acontece em muitos planos, por meio de muitos processos. Primeiro fazem o saber local desaparecer simplesmente não o vendo, negando sua existência. Isso é muito fácil para o olhar distante do sistema dominante de globalização. Em geral, os sistemas ocidentais de saber são considerados universais. No entanto, o sistema dominante também é um sistema local, com sua base no social em determinada cultura, classe e gênero. Não é universal em sentido epistemológico. É apenas a versão globalizada de uma tradição local extremamente provinciana. Nascidos de uma cultura dominadora e colonizadora, os sistemas modernos de saber são, eles próprios, colonizadores (SHIVA, 2002 p.21).

Apesar de sistemas modernos de saber (Shiva,

2002) as comunidades tradicionais resistem às práticas globalizadas, por meio das práticas diárias e saberes ambientais passados por meio da família, escola e até mesmo com o contato com as universidades, tendo em vista que as vozes silenciadas são ouvidas pelos estudantes e disseminadas na comunidade acadêmica com a finalidade de legitimar esses saberes na academia e na sociedade que nega a eficácia dessas práticas, pois considera apenas o conhecimento que vem dos laboratórios e que são comprovados por meio de testes, sendo assim negando a sabedoria milenar. As comunidades tradicionais são como parte da natureza e usam suas práticas e saberes marginalizados para preservar seu território e vida

As construções teóricas de saber ambiental não contrastam, confirmam ou refutam com a realidade existente e na objetividade do real, mas na potencialidade de suas produções históricas sustentadas processos materiais e no sentido das ações sociais que mobilizam a construção de uma nova racionalidade. A partir da sua marginalidade, o saber ambiental faz falar as verdades silenciadas, os saberes subjulgados, as vozes caladas e o real submetidos ao poder da objetivação cientificista do mundo (LEFF, 2001 p.150).

São esses saberes silenciados que protegem o mosaico da Bocaina e preservam a biodiversidade local, sendo assim é importante que esses saberes sejam ouvidos e respeitados pela comunidade tanto local, quanto acadêmica, tendo em vista que as vozes precisam ganhar força e ecoar na sociedade para que essas práticas marginalizadas sejam vistas como realmente são, as mesmas práticas e saberes fazem parte de uma racionalidade negada, entretanto verdadeira.

Por outro lado, vê-se, o conhecimento ganha uma enorme importância - seja porque se sabe que as cheias e vazantes repõem a fertilidade dos solos, seja porque se sabe se vai chover ou não, seja porque se sabe manejar o fogo, seja porque se sabe manejar a produtividade ecológica dos bosques tropicais, dos manguezais, dos rios e mares, seja porque se sabe que o fluxo sanguíneo das seivas não é o mesmo na lua cheia, nova crescente ou minguante, enfim porque, pelo conhecimento, se sabe predizer, até certo ponto, o futuro. O adivinho, o pajé, o curandeiro, o sacerdote, o sábio, anteciparam o cientista e o técnico e, ainda hoje, são importantes acervos de conhecimentos

forjados a partir de outras matrizes de racionalidade. (PORTO-GONÇALVES, 2015a p.212)

Essas outras matrizes de racionalidade se opõe à racionalidade que vem se instalando próximo às comunidades tradicionais, por isso é importante romper colonialidade do pensamento (Quijano, 2005) para que esses saberes sejam considerados pelo poder público como forma de preservação do meio ambiente e do saber local.

Mais do que uma dimensão variável ou um espaço de integração de saberes construídos, o ambiente é um processo de transformação do conhecimento impulsionado por uma crise racionalidade econômica e instrumental da modernidade. Mais do que um paradigma onibrangente do saber, uma ecologização do conhecimento, um método geral para o desenvolvimento das ciências, ou uma reorganização sistêmica dos saberes atuais, a questão ambiental problematizada, sob uma perspectiva crítica, toda uma plêiade de conhecimentos teóricos e técnicos, para incorporar neles um saber complexo, transformando assim as ciências historicamente construídas, legitimadas e institucionalizadas. (LEFF, 2001 p.148-149)

Os saberes evidenciados, durante e após crises econômicas, ambientais e sociais precisam ser debatidos em instituições públicas com a finalidade de manter a harmonia entre homem e natureza, tendo em vista que esses saberes enxergam o homem como parte da mesma, e, portanto a prática sua interfere no ciclo ambiental e na preservação ambiental na medida que suas ações podem quebrar ou alterar o ciclo natural.

Unidades de Conservação e comunidades tradicionais

As Unidades de Conservação possuem grande biodiversidade e vasta matéria-prima, em função disso, desperta um interesse econômico nessas áreas. Um dos os principais motivos que levaram o Estado a criar esse tipo de área destinada à preservação da biodiversidade, e preservação, o que Diegues (1993) chama de “natureza intocada”, seria a exploração dessas áreas para o turismo e a expansão da sociedade tecnológica.

Dentro das Unidades de Conservação, não há somente a exploração de matéria-prima, como

também há a exploração de outros recursos e interesses intrínsecos ao território. Para atender os interesses do capital, não há limites, visto que grandes empresas utilizam muitas facetas para alcançarem o seu objetivo, que é gerar muitos lucros, acumular riquezas e para isso, utilizam meios legais e ilegais para que esse objetivo seja alcançado.

Diegues (1993) refere-se a sociedade urbano-industrial como sociedade tecnológica que explora os recursos provenientes da natureza sem se importar com os danos que essa extração causará ao meio ambiente. A visão “antropocêntrica”, foi justificada pelo autor quando diz que “o mundo natural foi criado para o benefício e uso do homem” (DIEGUES, op. cit., p. 08). Ou seja, o meio natural é explorado para que os interesses dessa sociedade capitalista urbano-industrial, que visa somente o lucro, ainda que o preço que se pague para isso, seja a destruição dos ecossistemas.

É necessário destacarmos que há duas correntes que regem a nossa discussão, seriam as correntes preservacionista e a conservacionista. Diegues (1993) vai destacar que a corrente preservacionista serviu para fomentar as ideias do conservacionismo americano. A corrente conservacionista aborda que a presença do ser humano dentro desse território era totalmente negativa, visto que a lógica capitalista era de degradação ambiental e não ao contrário. Mas esse modelo de “parque sem gente” só serviu para dicotomizar ainda mais a relação dos povos tradicionais com os parques. De acordo Gomes-Pompa e Kaus (1992, p. 273) apud Diegues (op. cit., p.15)

os conservacionistas tradicionais vêm o valor estético, biológico e ecológico, mas não necessariamente vêm as populações humanas. Muitas vezes eles não conseguem ver os efeitos das ações humanas do passado ou do presente, nem diferenciar os diversos tipos de uso, ou reconhecer o valor econômico de uso sustentado.

Ou seja, não levavam em consideração que existiam outras maneiras de se relacionar com o ambiente sem degradá-lo, através de práticas ancestrais, feitas pelos povos tradicionais. Diegues (1993, p. 20) define que os povos tradicionais são “minorias culturalmente distintas da maioria da população e estão quase que inteiramente fora

da economia de mercado” e ainda acrescenta que esses povos possuem “conhecimento tradicional do ambiente e seus recursos e que ainda não estão intimamente ligados à economia de mercado” (DIEGUES, op. cit., p. 20). Posto isso, as que comunidades tradicionais vivem em consonância com a natureza há séculos, retirando da natureza o seu sustento sem degradar e destruir os ecossistemas, além de manter as suas práticas tradicionais.

Arruda (1999) fala que na maioria das áreas de preservação ambiental, situadas dentro do território nacional, encontramos comunidades tradicionais vivendo em comunhão com a natureza, ainda acrescenta que essas unidades são ocupadas por “populações indígenas ou por comunidades rurais “tradicionais” - caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, caipiras” (ARRUDA, op. cit., p.79) e para essas populações a preservação desses ambientes é fundamental para a sua existência e permanência nesses territórios. É necessário refletirmos que muito mais que um simples pedaço de terra, esses povos têm o território que ocupam relação de afetividade, pois é ali que exercem sua cultura, sua religião, as relações sociais e até mesmo econômicas e sempre devemos destacar que vivem em perfeita harmonia com o ambiente, sem degradá-lo. Clay J. (1995, p. 2 e 5) apud Diegues (1993 p. 18) fala que

Os povos desenvolveram uma série de maneiras de conviver com os ambientes frágeis. Nós conhecemos muito pouco sobre como esses sistemas se desenvolveram, como eles funcionam e como podem ser adaptados para fazê-los para o conhecimento do ambiente da terra e dos povos. No entanto, nós nunca conheceremos esses ambientes se os povos que o desenvolveram continuam a ser destruídos ou impedidos de continuar seu modo de vida tradicional.

No entanto, a discussão sobre as comunidades tradicionais em áreas de preservação ambiental é relativamente nova no Brasil, uma vez que os mais conservacionistas achavam que essas comunidades estavam infringindo a lei, pois para eles, morar dentro de uma unidade de conservação era sinônimo de destruí-la, pois essas comunidades estariam degradando o ecossistema através de suas práticas cotidianas e o objetivo da criação daquela unidade de conservação não estaria sendo cumprido. Os conservacionistas

acreditavam que aqueles espaços não eram para serem ocupados e sim para conservar uma natureza “intocada”.

Ao observarmos que as práticas realizadas por essas comunidades, sabemos que as suas práticas não impactam negativamente no meio ambiente, pelo contrário, elas auxiliam na a preservação, visto que aquele território é ocupado por eles há muitos anos e enxergam aquele ambiente como uma extensão de suas vidas e sendo assim, deve mantê-lo sempre cuidado pois é isso que garante a sua permanência no território.

A junção das discussões acerca do ambientalismo com as questões sociais só passou a ser pertinente a partir da década de 1980, pois devido ao Regime Militar, as unidades de conservação estabelecidas nessa época, não eram constituídas através de diálogos com a comunidade local, ou seja, não havia uma consulta a população do entorno e nem com as comunidades que ocupavam o interior do parque. Desta maneira, em muitos momentos, esses povos eram expulsos dos seus territórios e não podiam mais realizar as suas práticas naquele território e acabavam migrando para outros espaços, ou seja, essas populações eram “afetadas em seu modo de vida pelas restrições a eles impostas quanto ao uso dos recursos naturais. (DIEGUES, 1993, p. 30)”. Ainda de acordo com Diegues (1993, p. 39), corrobora dizendo que

A partir de meados dos anos 80, começa a surgir um outro tipo de ambientalismo, mais ligado às questões sociais. Esse novo movimento é mais ativo e surge no bojo da redemocratização, após décadas de ditadura militar. Esse novo ambientalismo é muito crítico do modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza que teve o seu apogeu durante o regime militar.

Para auxiliar na preservação daqueles espaços, o conhecimento empírico dessas comunidades era fundamental. A vivência naqueles espaços em perfeita harmonia com a natureza, as suas práticas e a sua permanência ali durante anos, fizeram com que afirmasse com a ideia de que a manutenção daquelas comunidades contribuiria na preservação daqueles espaços. Diegues (1993, p.52) fala que

Nos países de capitalismo avançado, a importância dessas populações tradicionais é, em geral, menor que nos países do Terceiro

Mundo uma vez que o capitalismo dependente coexiste com bolsões da pequena produção mercantil. A partir daí pode entender porque os ideólogos do conservacionismo americano entendiam a vida selvagem (wilderness) como existente em "espaços vazios", onde foram implantados os parques nacionais. Os ideólogos dos "parques nacionais" do Terceiro Mundo se apropriaram dessa nação "wilderness" sem se dar conta das diferenças existentes entre os países industrializados e os do Terceiro Mundo.

Diegues (1993, p. 60) salienta que "há uma necessidade de pesquisar melhor as influências humanas, passadas e presentes nas áreas "naturais", pois acredita que eles podem sim viver em harmonia, mais à frente nos diz que esses sistemas tradicionais e modernos de gestão e conservação, os múltiplos olhares e percepções das populações tradicionais acerca da conservação e do uso dos recursos naturais, os seus "mitos e crenças que podem facilitar uma real participação das populações locais no planejamento e implantação de unidades de conservação. (DIEGUES, op. cit., p. 60).

As comunidades levam em consideração as especificidades de cada local, e portanto garantem a preservação da natureza, pois o fato de não ter generalização ao cuidar da terra, cachoeira, rios, lagos e mares mantém esses lugares únicos com suas particularidades sendo respeitadas e sendo assim sua preservação acontece de forma natural e harmônica. Ou seja, é necessário as comunidades tradicionais fiquem em seus territórios para contribuir com a preservação desses ambientes, visto que vivem anos naquele território de maneira sustentável, praticando as suas atividades sem degradar o ambiente e contribuindo para a diversidade das espécies, segundo Haesbaert (2007, p.20)

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliçados da terra, ou no "territorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação".

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

O território para as comunidades tradicionais é cultural, político e simbólico, porque há disputa de poder entre as comunidades, Estado e o grande capital. São essas disputas que mostram que a dominação poder ser aterrorizadora, quando as comunidades são retiradas de seus territórios e pode ser afetiva no momento em que usufruem e se identificam com o território. As relações no território mostram o poder do Estado sobre o uso da terra e também mostram as resistências das comunidades tradicionais, por meio de seus saberes e práticas com a terra.

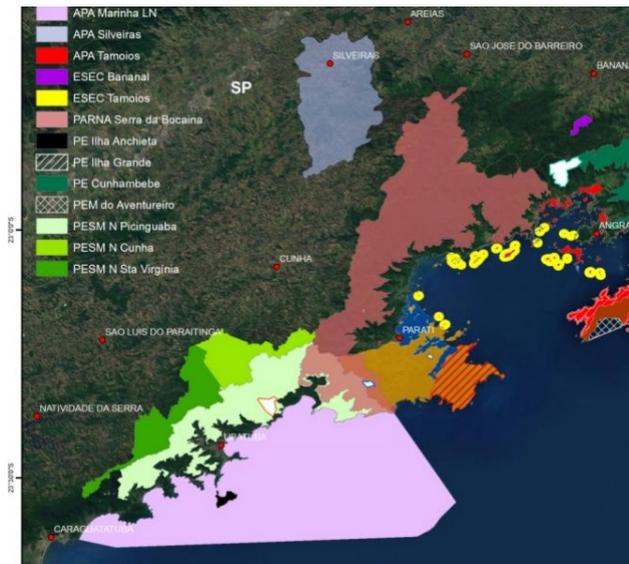
Relação entre os Caiçaras no Mosaico da Bocaina em Paraty – RJ

O mosaico da Bocaina é uma área de conservação e proteção ambiental que se estende do Rio de Janeiro até São Paulo. No Rio de Janeiro, os municípios que compõem a mosaico são: Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty e Rio Claro e no estado de São Paulo os municípios são: Areias, Bananal, Caraguatatuba, Cunha, Natividade da Serra, São José do Barreiro, São Luiz do Paraitinga, Silveiras, Ubatuba. Nos municípios citados, há comunidades indígenas, caiçaras e quilombolas que vivem de forma harmônica com natureza e fazem um contraponto com o modelo hegemônico de ocupação do território.

O Mosaico da Bocaina foi Instituído pela Portaria MMA nº 349, de 11 de dezembro de 2006. Como foi supracitado, o seu território está localizado nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, reunindo Unidades de Conservação de âmbito Federal, Estadual e Municipal, bem como suas respectivas zonas de amortecimento, como mostra a Imagem 1. Grande parte das Unidades de Conservação que compõem o Mosaico da Bocaina apresentam algum tipo de ocupação humana, compostas por povos e comunidades tradicionais dentre eles, indígenas, quilombolas, e caiçaras.

Imagem 1: Distribuição espacial das Unidades de

Conservação componentes do Mosaico da Bocaina.



Fonte: Salvati, 2012.

Mosaico segundo o Mini dicionário Aurélio de Ferreira (2002) significa "embutido de pedrinhas de cores, dispostas de modo que apresentam desenhos". Entretanto, o significado de mosaico utilizado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é "algo formado por partes menores interdependentes, que possuem funções e características quando estão isoladas, mas juntas e unidas, essas peças se fortalecem e ganham um sentido maior" (Site Mosaico Bocaina). Um grupo de Unidades de Conservação e Áreas de proteção Ambiental é considerado um mosaico, a partir do momento que sua gestão é feita de maneira integrada, pois entende-se que assim como os ecossistemas presentes ali são interligados, sua administração também devem ser.

Ao longo do Mosaico da Bocaina existem inúmeras comunidades caiçaras, dentre elas podemos citar Trindade, Cairuçu das Pedras, Ponta Negra, Cambury, Paraty Mirim (são indígenas e caiçaras), Joatinga e Costão das Araras, Cajaíba e muitas outras comunidades.

No Parque Nacional da Serra da Bocaina há pequenos sítios de pequenos agricultores e um desses sítios é o sítio do Sertão da Burra, do Israel, um homem simples que decidiu viver da terra, manter as suas tradições e o mais importante, o modelo tradicional de agricultura que não agride o meio ambiente, o que ele chama de roça, Israel fala que a roça é para fortalecer sua luta. O modelo de plantio que o Israel realiza no sítio

faz parte de um sistema agroflorestal, Segundo Farrell e Altieri (2017, p.281)

Sistema agroflorestal é um nome genérico que se utiliza para descrever sistemas tradicionais de uso da terra amplamente utilizados, nos quais as árvores são associadas no espaço e/ou no tempo com espécies agrícolas anuais e/ou animais. Combina-se, na mesma área, elementos agrícolas com elementos florestais, em sistemas de produção sustentáveis.

O sistema agroflorestal usado no território pelo Israel é classificado como agrossilvicultura, onde segundo Farrell e Altieri (2017, p.283) "agrossilvicultura: uso da terra para a produção simultânea ou sequencial de culturas anuais e florestais." Após essa definição podemos afirmar que a forma de plantio e lida com a terra não esgota ou degrada a natureza. O sítio do Israel permanece produtivo o ano inteiro, isso ocorre porque ele diversifica a sua roça, pois consegue plantar vários tipos de vegetais, leguminosas e frutas em seu território. Por mais que a classificação de agrossilvicultura pertença ao ambiente acadêmico, meio ao qual pertencemos, precisamos ressaltar a fala do Israel, posto que denomina as sua prática como Roça, pois a luta pela terra e sua permanência nesse território depende também do fortalecimento de suas nomeações e práticas.

O sítio Sertão da Burra é o principal fornecedor de merenda escolar para as escolas de Paraty-RJ, ou seja, as crianças dessas escolas possuem uma merenda de qualidade com produtos orgânicos e o Israel garante o seu sustento com o dinheiro que recebe pela sua produção. Em contrapartida, o município realizou um curso de capacitação para as merendeiras das escolas, para que elas aprendessem a utilizar os alimentos locais, cozinhar com os produtos produzidos na própria comunidade.

Além do sítio do Israel, há na zona de amortecimento do parque, uma comunidade caiçara disputando a sua permanência naquele território com grandes empreendimentos imobiliários e grandes empresas. Historicamente essa comunidade habitava na porção sul, próxima à praia, visto que a sua principal prática era pesca, mas com a expansão imobiliária e o turismo de alto padrão presente na região da Costa Verde do Rio de Janeiro, foram removidos para a porção

norte, ou seja, da BR-101 para cima, em direção ao parque. Com o acesso a praia mais restrito, passaram a realizar o turismo de base comunitária, contando a sua história e relatando a sua luta pelo direito ao território.

A luta pela permanência dessas comunidades no seu território é constante, visto que há pressões externas para que eles saiam daquele território para que haja a exploração daquelas terras. Vale ressaltar que o turismo de alto padrão está fortemente presente nas regiões dos municípios de Angra dos Reis e Paraty e essas comunidades contrastam com os empreendimentos imobiliários de alto padrão e há um interesse muito grande nas terras dos caiçaras também. É por isso que essa comunidade luta tanto para que a sua cultura e suas práticas sejam preservadas e devem ser divulgadas, uma vez que auxiliam na preservação daquela unidade de conservação, pois suas atividades não impactam no ecossistema.

Conclusão

Ao longo do trabalho de campo desenvolvido nas comunidades quilombolas, caiçaras e indígenas na região do município de Paraty/RJ, fomos capazes de conhecer um pouco mais sobre o dia a dia deles, vivenciar minimamente as suas práticas e aprender mais sobre a sua cultura e a sua história, posto que essa temática não é discutida nas grandes mídias, e em muitos momentos só debatida dentro dos muros das universidades. A experiência de imersão numa comunidade caiçaras durante os cinco dias nos proporcionou experiências que jamais serão esquecidas, principalmente pela construção do conhecimento e pelos saberes tradicionais que nos foram passados através dos seus líderes comunitários.

Por meio da vivência ocorrida no trabalho de campo, fomos capazes de observar que as comunidades tradicionais resistem em seus territórios, uma vez que grandes empresas possuem um grande interesse nesses territórios. Sejam esses interesses de exploração da natureza ou interesses na área da construção civil e imobiliária devido a proximidade com o mar e com a rodovia.

A região em que a comunidade está inserida sofre com a exploração imobiliária e um turismo de alto padrão, posto que as belezas naturais

presentes nos municípios de Angra dos Reis e Paraty atraem turistas não só de dentro do país, como do mundo inteiro, pois a diversidade da flora e da fauna, as belas praias e o contato com a natureza são um atrativo para essa região. Com base nisso, é necessário refletirmos acerca da permanência dessas comunidades ali e da sua importância, posto que contribuem para que esse ambiente seja preservado.

As comunidades tradicionais são capazes de desenvolver as suas práticas em perfeita harmonia com o meio ambiente, sem degradá-lo uma vez que vivem há milhares de anos nesses territórios. É necessário que o poder público enxergue esses povos como aliados na conservação ambiental dessas unidades, pois as suas práticas contribuem para a preservação ambiental e seus saberes são importantes para que as crises ambientais não degradem esses territórios. Além das suas práticas e saberes, essas comunidades precisam de visibilidade que podem vir por meio do retorno de artigos, de ênfase das palavras de luta, além da construção coletiva com a comunidade do entorno.

Bibliografia

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**- 3ª reimpressão- São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2017.

ARRUDA, Rinaldo. " **Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação.** Ambiente & sociedade, n. 5, p. 79-92, 1999.

BRASIL. O decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acessado em 07. abr. 2016.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada.** In: Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza

intocada. CEMAR/USP/NUPAUB, 1993.

FARREL, John G.; ALTIERI, Miguel. **Sistemas Florestais**, In: Altieri, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017 p.281-304.

FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio do século XXI**: O Minidicionário da língua portuguesa. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 790.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade**: um debate. GEOgrafia-ano IX - N°17 - 2007.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: **sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Leticia Mathilde Orth-Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

Mosaico Bocaina. Disponível em <<http://www.mosaicobocaina.org.br/noticias/614-2014-09-03-15-15-45>> Acesso em 6 de Maio de 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De saberes e de territórios**: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. 1 ed. De los saberes de la emancipación y de la dominación . Buenos Aires: CLACSO, 2008. P.38

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização** -6º ed.-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SALVATI, S. **Gestão de Mosaicos**: A experiência do Mosaico Bocaina de Áreas Protegidas. Curso de Gestão de Mosaicos – ICMBIO. Iperó, SP, 2012.

SHIVA, Vandana. **Monocultura da mente**: Perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução: Daniela de Abreu Azevedo. São Paulo. Editora Gaia. 2002.

Sobre os autores

Kamille Bittencourt Ferreira, discente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Uni-

versidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Graduada em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ Instituto Multidisciplinar. E-mail: kamille.bittencourt@hotmail.com

Maiara Grazielle Rubim Lobato, graduada em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: maiaralobato1993@gmail.com



RE V I S E A

